

A PRODUÇÃO DIDÁTICA DE EDUCAÇÃO

MORAL E CÍVICA: 1970-1993¹

Juliana Miranda Filgueiras²

RESUMO

Durante a Ditadura Militar, o ensino de Educação Moral e Cívica (EMC) como disciplina escolar e prática educativa tornou-se obrigatório em todas as escolas brasileiras por meio do Decreto-lei n° 869/69. Essa disciplina permaneceu no currículo oficial até 1993, quando foi revogada pela Lei n° 8.663. Para a nova disciplina EMC foram produzidos diversos livros didáticos a partir de 1970, alguns seguindo o programa curricular elaborado pelo Conselho Federal de Educação outros seguindo o programa da Comissão Nacional de Moral e Civismo. Fontes privilegiadas para o estudo da disciplina Educação Moral e Cívica, os livros didáticos expõem por meio dos conteúdos as diretrizes propostas pelos programas curriculares, explicitando os saberes que se consolidaram numa determinada época. Os manuais didáticos de EMC participaram, deste modo, da construção do currículo desta disciplina. O presente artigo tem por objetivo analisar os livros didáticos de EMC, descrevendo o que esses livros ofereciam aos leitores e quais eram os principais conteúdos veiculados.

Palavras-chave: livro didático, educação moral e cívica, disciplina escolar

INTRODUÇÃO

O ensino de Educação Moral e Cívica (EMC) tornou-se obrigatório no Brasil em 1969, por meio do Decreto-lei n° 869. Essa disciplina escolar esteve presente no currículo oficial das escolas, em todos os níveis de ensino, até 1993, quando foi revogada pela Lei n° 8.663. Inicialmente, o ensino da EMC foi institucionalizado sem possuir um programa curricular específico. Contudo, em 1970, já existiam diversos livros didáticos publicados para a disciplina.

1 Parte do presente artigo foi apresentado em novembro de 2007, no Simpósio Internacional Livro Didático: Educação e História, realizado na FEUSP. Este artigo integra ainda meu mestrado, intitulado A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993.

2 Mestre em História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em História da Educação pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da PUC/SP. E-mail: jufilgueiras@gmail.com, Agência Financiadora: CNPq.

Em 1970, a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC)³ publicou o primeiro programa curricular para a disciplina. Em 1971, o Conselho Federal de Educação (CFE) apresentou o Parecer n° 94, que fixou os novos programas para a EMC. Os autores e editores dos livros didáticos passaram a seguir as orientações de um desses dois programas curriculares.

Segundo Chervel, o livro didático é uma das principais fontes para o estudo das disciplinas escolares, pois apresenta em suas páginas diversos tópicos que compõem uma disciplina. Para o autor, uma disciplina escolar é constituída por: finalidades, conteúdos selecionados, métodos que garantam a apreensão dos conteúdos e avaliação da aprendizagem. Chervel afirma que os manuais escolares explicitam o conteúdo da disciplina, os conceitos ensinados, a terminologia adotada, define as rubricas, os capítulos, organizam o corpus do conhecimento e os tipos de exercícios (1990: 203).

Deste modo, conhecer os livros didáticos de EMC permitiu verificar algumas das características que constituíram a disciplina escolar. O presente artigo procura analisar os livros didáticos de EMC publicados entre os anos 1970 e 1993, apresentando o que esses livros ofereciam aos leitores e quais eram os principais conteúdos veiculados.

A EMC E SEUS LIVROS DIDÁTICOS

A EMC tornou-se disciplina obrigatória no fim de 1969 e, em 1970, já existiam dez livros didáticos no mercado. No ano de 1971 foram publicados mais treze livros. As editoras atenderam rapidamente a demanda do mercado para a nova disciplina escolar. As editoras dos livros didáticos de EMC concentravam-se prioritariamente na região sudeste: Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo.⁴ Pela análise dos números de edições dos livros, foi possível observar que eles eram bastante usados nas escolas.⁵

3 Órgão criado pelo Decreto-Lei n°869, responsável por organizar todas as questões referentes à EMC. Este órgão era responsável ainda pela avaliação e autorização dos livros didáticos.

4 As editoras que publicaram livros de EMC foram: Editora Formar, Monumento, Atlas, José Konfino, Editora do Brasil, Livraria Francisco Alves/Editora Paulo de Azevedo, Editora do Mestre, Ao Livro Técnico, Livraria AGIR Editora, Itamaraty, Livraria José Olympio Editora, Gráfica Editora Michalany, Companhia Editora Nacional, FTD, Loyola, Editora Didática Irradiante, Abril Cultural, Ática, IBEP, Editora Lê, Editora Globo, Editora Rio Gráfica e Saraiva.

5 Alguns dos livros que mais tiveram edições foram: Costa, Moschini e Paixão, na 19ª edição; Mussumeci, na 91ª edição; Galache, Zanuy e Pimentel, na 19ª edição e Correa, na 30ª edição.

De acordo com Cassiano (2003), as editoras tiveram um salto quantitativo de vendas de livros didáticos após as reformas educacionais iniciadas em 1960 - com a LDB/61, mas, sobretudo, com a Lei nº 5.692/71 e a expansão da rede de ensino. Ao mesmo tempo em que as editoras começavam a crescer, o Estado, principalmente durante o regime militar, intervinha cada vez mais na produção didática. Entre as intervenções institucionais destacava-se o acordo MEC/USAID com a criação, em 1966, da COLTED.⁶ Com este acordo os livros didáticos eram financiados pelo governo a partir de verbas públicas e distribuídos gratuitamente pelo MEC. Destacava-se ainda, a criação da FENAME,⁷ em 1967, que deveria produzir e distribuir materiais didáticos para as escolas em co-edição com o “empresariado nacional” (CASSIANO, 2003: 39).

A intervenção do Estado na produção dos livros didáticos desde 1966 e os acordos de co-edição possibilitaram compreender porque as editoras responderam tão rapidamente a demanda por livros didáticos de EMC. Acrescentou-se a esses dados o fato da iminência da implantação da disciplina. Em 1967, a FENAME lançou a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, organizada pelo Padre Fernando Bastos de Ávila e, em 1968, o MEC organizou um concurso para escolha de um guia cívico para o ensino médio. Tudo indicava que as editoras já estavam preparadas para produzir livros de EMC.

Como a disciplina EMC foi implantada sem uma ciência de referência, os autores dos manuais vinham das mais diversas áreas. Eram professores do Magistério, de História, Geografia, Filosofia, diretores, orientadores educacionais, padres, membros do Exército, professores universitários, etc. Esses autores interpretaram os programas para a disciplina de modos diversos, compreenderam o significado da EMC de formas distintas, expondo em alguns casos, conceitos diferentes dos oficiais.

PREFÁCIOS E ORIENTAÇÕES DOS LIVROS DIDÁTICOS

Os prefácios e orientações dos livros didáticos de EMC permitiram apreender os discursos dos autores e editores sobre o objetivo da disciplina. Com sua análise verificou-se se os

6 Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático.

7 Fundação Nacional do Material Escolar.

objetivos propostos pelos livros eram os mesmos indicados pelas prescrições oficiais.

Um primeiro grupo de prefácios aos professores afirmava que a EMC tinha voltado em 1969 por causa da desorganização em que se encontrava a sociedade brasileira. A EMC deveria preservar a democracia cristã, mas principalmente conscientizar os jovens sobre o mundo, seus perigos e sua função na sociedade. A autora Oliveira⁸ justificava o retorno da EMC como maneira de combater a “decadência dos costumes da família e sobre a falta de Moral e Civismo que há muito vem afetando a vida de nossa sociedade” (OLIVEIRA, 1970: 3). A EMC deveria formar o “homem de bem e o cidadão útil à Pátria” (OLIVEIRA, 1970: 9). Para as autoras Pereira, Leiras e Saraiva⁹ (1973), em sua *Orientação aos Professores*, a realidade social brasileira, o desenvolvimento, a crescente industrialização, a mulher tendo que se integrar à força de trabalho fora de casa enfraqueceram o sistema familiar. Caberia então à escola exercer tarefas que antes pertenciam à família. Ensinar EMC era uma dessas tarefas.

Um segundo grupo de livros didáticos modificava a compreensão sobre o objetivo da EMC. Ela deveria formar a consciência social do homem brasileiro e sua atuação em meio a um grupo mais amplo – a sociedade -, para que pensasse nos seus problemas cotidianos e procurasse criar soluções para essas questões.

A apresentação do livro de Dornelles,¹⁰ descrevia a finalidade da EMC:

A finalidade máxima da instituição da Educação Moral e Cívica como disciplina e prática educativa obrigatórias no sistema educacional brasileiro prende-se à necessidade de fortalecer, através da escola, os instrumentos necessários à formação de uma consciência social para uma cidadania efetiva, isto é, instrumentalizar o indivíduo, a fim de que ele possa vir a ser um cidadão consciente, capaz de praticar uma cidadania efetiva (DORNELLES, Guia do Professor, 1971: 1).

8 Professora de magistério de 1º grau.

9 Professoras de magistério de 1º grau., sendo que Terezinha Saraiva, fora membro da Comissão Especial de Moral e Civismo do CFE, em 1971.

10 Professora do Instituto de Educação da Guanabara.

Para Penteado¹¹ (1984), seu livro de EMC era um trabalho feito a partir da perspectiva das Ciências Sociais. Tinha como objetivo: discriminar a Moral como uma característica essencialmente humana; identificar o Civismo como um aspecto da Moral e, compreender a Moral e o Civismo como um produto da vida social dos homens.

Os prefácios aos alunos, afirmavam quais eram as responsabilidades dos jovens em relação à Pátria: ser cidadão e colaborar para tornar o Brasil um país desenvolvido.

Schmidt,¹² falando diretamente ao aluno, esclarecia que o objetivo da EMC era

estudar os elementos básicos que formam a nossa nacionalidade; os valores que nos legaram nossos antepassados; as responsabilidades que vocês enfrentam em um mundo a se renovar aos nossos olhos. (...) é necessário desenvolver ao máximo a fé em Deus, nos homens e no Brasil; o aperfeiçoamento do caráter; o sentido do serviço (SCHMIDT, 1971: 15).

Bortoli¹³ esclarecia ao estudante que ao conhecer mais o homem, a moral e o civismo, o aluno seria "mais ajustado, mais brasileiro, mais patriota e mais feliz" (1979: Prefácio).

Os livros da década de 1990 modificavam um pouco as apresentações. Os volumes I e II de Correa¹⁴ (1990, 1991) apresentavam frases de pessoas com posicionamentos políticos progressistas, que poderiam ser considerados de oposição a ditadura militar. Pensamentos como os de John Lennon, Martin Luther King e Thiago de Mello.

A EMC foi pensada de modos distintos pelos autores. No primeiro grupo, a proposta era tornar a criança um cidadão eficiente, útil à Pátria, que deveria adquirir comportamentos desejáveis e valores cristãos, deveria respeitar a autoridade constituída, colaborando para a ordem e segurança da Nação. Os alunos contribuiriam para a construção de um Brasil grande e lutariam contra os perigos subversivos. O momento

11 Mestre em Sociologia e professora de prática de ensino da Faculdade de Educação da USP.

12 Orientadora educacional do Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

13 Licenciada em pedagogia pela USP, professora de 1º e 2º graus de História, Filosofia, Matemática e EMC e orientadora educacional.

14 Professor de EMC, Psicologia e Filosofia.

político em que vivia o Brasil não era considerado uma Ditadura, e sim um período de luta pela democracia-espiritualista-cristã. Por outro lado, no segundo grupo, a proposta era enfatizar a formação social do estudante, instrumentalizar a criança para tornar-se um cidadão que praticasse uma cidadania efetiva. A escola deveria desenvolver no jovem a capacidade de pensar nos problemas sociais existentes, visando a formação do cidadão consciente de si e de sua realidade na sociedade.

Outra característica importante nas orientações para os professores, era o fato de explicitarem como os autores e editores gostariam que os livros fossem utilizados.

Dornelles (1971, Guia do Professor) propunha a utilização do método ativo. As sugestões de atividade baseavam-se em um problema em que as crianças realizariam tarefas que as fizessem vivenciar os objetivos pretendidos. Schmidt (1971) desenvolveu seu trabalho em torno do método de dinâmica de grupo, que incluía discussões, dramatização, mesas-redondas, etc. A autora explicava como o professor deveria organizar todas as atividades e orientava as etapas da aula. Correa (1976) propunha o estudo dirigido. Sugeria que os alunos trabalhassem sozinhos ou em equipes e que o professor somente orientasse os alunos menos dotados. No livro de Bortoli (1980) o papel da verificação era intensificado, as atividades eram de fixação. Segundo a autora, um dos objetivos do livro era auxiliar os alunos a ter acesso aos cursos superiores. Um aspecto relevante nos livros de 2º grau, publicados de 1980 em diante, era a preocupação com o vestibular.

Os livros que propunham novas técnicas e metodologias de ensino - dinâmica de grupo, instruções programadas e estudo dirigido -, afirmavam sua importância na sala de aula e estabeleciam fortes dispositivos de leitura. Em sua maioria se dirigiam diretamente ao leitor - aluno ou professor. Estabeleciam propostas para os professores de como organizar as atividades cotidianas, tornando-se objeto central para a aula.

OS CONTEÚDOS PRESENTES NOS LIVROS DIDÁTICOS

Os conteúdos dos livros de EMC foram agrupados em torno de três temas: Civismo, Estado Brasileiro e Moral, que apresentavam

subitens, como questões relacionadas à cidadania, patriotismo, nacionalismo, democracia, o trabalho, a realidade brasileira, família, religião, etc.

CIVISMO

O civismo estava relacionado com a atuação do homem como cidadão brasileiro. Segundo Braz, Costa e Nascimento (1971), civismo deveria ser entendido como:

conjunto de idéias e princípios que orientam o indivíduo a ser bom cidadão. A base do autêntico civismo é o verdadeiro amor e interesse por nossa terra, e por tudo que se relaciona com ela: não só o território, mas também seu povo, sua História, suas tradições, sua defesa, seu desenvolvimento (1971: 26). O civismo só pode ser verdadeiro e completo quando o cidadão tem bom caráter e demonstra seu amor pela Pátria por meio de ação intensa e permanente em benefício do Brasil (1971: 27).

O programa curricular elaborado pela CNMC apresentava a definição de civismo como sendo caráter, patriotismo e ação. Alguns livros se basearam neste programa, como foi o caso dos livros de Andrade¹⁵ (1974) e Barbosa,¹⁶ que indicava a definição:

O civismo supõe caráter, porque a pessoa cívica é aquela que se esforça para conhecer, dia a dia melhor, o seu país; e, à medida que conhece melhor, procura servi-lo melhor, sendo um homem honrado, cumpridor de seus deveres, bom profissional, amigo de seus semelhantes, obediente às leis, pronto para servir a Pátria (p. 48). (...) civismo é ação, isto é, dedicação total e sempre para tornar o Brasil maior e melhor do que ele já é. (1971a: 49).

15 General do Exército, era ex-professor catedrático na Academia Militar das Agulhas Negras e professor de História da Educação no Ginásio e Escola Normal Santa Ângela, em Resende e Organização e Técnica Comercial na Escola Técnica de Comércio Dom Bosco.

16 Licenciado em Letras, Filosofia Pura e Direito. Foi professor do Magistério Secundário Oficial, de EMC, OSPB e professor universitário de EPB.

O livro de Lucci,¹⁷ que estava na 3ª edição em 1984, apresentava uma definição de civismo muito semelhante à da CNMC: “Civismo é caráter com base na moral, tendo Deus como fonte; amor à Pátria e suas tradições; ação intensa e permanente em benefício do Brasil” (1984: 39). Entretanto, em 1984, foram publicados dois livros, com definições diferentes do livro de Lucci. Bertolin e Penteadó definiram civismo como a consciência dos direitos e deveres do ser humano dentro das fronteiras do seu país.

O culto aos vultos nacionais servia como exemplo de civismo para os alunos. Eram pessoas que viveram para o engrandecimento do Brasil. Poucos livros consideravam, além das pessoas já edificadas pela história como vultos nacionais, outros nomes. Penteadó (1984) acrescentou personalidades contemporâneas.¹⁸

O patriotismo foi definido por Oliveira como o culto da Pátria, “um sentimento tão vivo e intenso que domina a alma e o coração” (1970: 131). Para Correa, ser patriota era cada um trabalhar no seu ofício com a maior fé, “tão bom patriota é o soldado que dá à Pátria o sangue, como o operário que lhe dá o suor; o sábio, cujo nome se projeta na sua história, como o lavrador para sempre ignorado” (1979: 101). Cada pessoa deveria exercer sua função. O medo do nacionalismo extremado estava explícito nos livros didáticos. Os manuais preocupavam-se em se distanciar das concepções de nacionalismo consideradas xenófobas como o nazismo e o fascismo. Mas também evitavam o nacionalismo comunista, em que o homem não teria autonomia e liberdade.

A definição de cidadania assemelhava-se à de civismo. Oliveira (1970) afirmava que a cidadania deveria ser exercitada e o Centro Cívico seria utilizado para treino, por meio das eleições de seus membros, com o voto. Reproduzindo parte da Constituição de 1967, eram esclarecidos os principais direitos e deveres do cidadão brasileiro.¹⁹ Uma das obrigações do cidadão era trabalhar pelo bem comum. As necessidades de cooperação e convivência

17 Formado em Geografia pela PUC/SP. Escreveu livros de História, Geografia, Estudos Sociais, OSPB.

18 Mário Cravo, Jorge Amado, Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Lima Barreto, Carlos Diegues, Glauber Rocha, Paulo Freire, Plínio Marcos.

19 Dentre os principais deveres que deveriam ser cumpridos incluíam-se: a obediência às leis, o voto, o serviço militar, o respeito aos bens públicos e o pagamento de taxas e impostos.

eras tidas como essenciais para a vida social dos jovens. Teles²⁰ discutia a questão da cooperação como um esforço de cada membro para construir e aperfeiçoar o grupo com finalidade de criar o “bem comum” (1971: 22). Cada aluno deveria desempenhar um papel na sala de aula, aprendendo a futuramente desempenhar um papel na sociedade.

O dever do voto era enfatizado nos livros didáticos, contudo, a população não votava para presidente da república desde 1965, por meio do AI-2. Votar era uma das ações mais importantes dos cidadãos e era apresentada pelos livros didáticos como símbolo do regime democrático. Criava-se assim, a falsa sensação de democracia e de participação popular. Os últimos capítulos de praticamente todos os livros apresentavam os Símbolos Nacionais: o Hino, a Bandeira, o Selo e as Armas.

Observou-se que, em parte dos livros, o civismo deveria ser não somente a atuação consciente do cidadão para o bem comum, mas a atuação do bom cidadão. O civismo era compreendido como uma virtude moral e religiosa. Entretanto, os livros que não se baseavam na concepção religiosa de moral, desprezaram o civismo relacionado ao cumprimento das leis, dos direitos e deveres do homem dentro das regras de um país.

ESTADO BRASILEIRO

A educação cívica implicava o conhecimento do Estado, da organização administrativa e política do Brasil. Os livros apresentavam o regime político brasileiro como: república federativa, democrática, representativa, presidencialista, com os três poderes: legislativo, executivo e judiciário.

Alguns autores justificavam a ditadura militar. Para Garcia²¹ (1971), o Brasil era um país democrático que estava sob um regime de exceção, para preservar a democracia. Os militares estavam no poder para salvaguardar o regime democrático cristão do perigo da subversão comunista e totalitária.

Dornelles, por outro lado, definia a função do governo de modo diferente:

20 Professor de Ensino Superior e do Colégio Pedro II

21 Foi membro do CFE, em 1972 e posteriormente presidenta da CNMC, em 1983.

para que um governo seja bom e útil para os cidadãos, é importante que os três poderes – legislativo, executivo e judiciário – tenham os seus poderes iguais, isto é, que um não seja mais poderoso, não mande mais que os outros – esta é uma importante regra do jogo. Outra idéia importante é lembrar que cabe aos *cidadãos*, isto é, ao povo, organizar o seu governo e dele participar, seja no município, no estado ou território, ou no país em que você vive (1971: 84).

Dornelles diferentemente de outros autores não justificava o “regime de exceção”, e descrevia como deveria ser um governo de fato democrático, com os três poderes iguais, e em que o cidadão participasse dos espaços de decisão e atuação.

O Brasil era considerado um país democrático em todos os livros didáticos. A democracia era considerada o regime político ideal e era compreendida por Costa, Moschini²² e Paixão como filosofia e estilo de vida, com um regime de convivência do indivíduo com os seus semelhantes, baseado no respeito aos seus direitos e na consciência dos deveres de cada um (s/d: 217).

A situação da Guerra Fria era descrita por diversos livros didáticos. Segundo Costa, Moschini e Mussumeci,²³ o mundo estava dividido em dois grandes blocos antagônicos: o comunismo, “representando uma ameaça para os valores morais e culturais que sempre se identificaram com as tradições brasileiras” (s/d: 110). E o bloco do mundo ocidental, em que o Brasil estaria integrado, em virtude de seu amor à liberdade. Alguns livros, que afirmavam estar baseados no programa curricular da CNMC, ao desenvolver este assunto retratavam-no seguindo as orientações oficiais: a democracia espiritualista e o comunismo ateu. Andrade definia essas estruturas: na Democracia a fé em Deus e na liberdade. No Comunismo o ateísmo, a negação de Deus e da liberdade (1974: 181).

O livro de Galache²⁴ et alii, fazia crítica tanto ao comunismo, como ao capitalismo liberal. Sugeria outro tipo de regime - a democracia social -, em que o governo interviria nas questões

22 Padre ligado à Federação do Comércio do Estado de São Paulo, participou da Campanha de Educação Cívica realizada pela União Cívica Feminina, em 1964.

23 Educador, fora diretor do ginásio Municipal de Assis na década de 1930, foi um dos primeiros autores de livros didáticos de OSPB.

24 Padre jesuíta e editor da editora Loyola.

sociais do país para promover o bem-estar social. De acordo com os autores:

Hoje ainda, o comunismo comete crimes espantosos, abre campos de concentração, faz aviltadoras lavagens de cérebro; o capitalismo liberal despoja o homem da sua personalidade, convertendo-o em máquina. Um e outro fazem isto por não levarem em consideração a dignidade da pessoa humana (GALACHE et alii, 1971: 21).

Um dos modos de diferenciar o regime democrático do regime totalitário era a existência de vários partidos políticos no país. Segundo os manuais, no regime totalitário só existia um partido que controlava todo o poder político do Estado. No Brasil existia uma democracia com o bipartidarismo - a Arena e o MDB. A estrutura partidária do Brasil era justificadas pela comparação com os EUA, que possuía dois partidos e organizava as eleições presidenciais realizadas por colégio eleitoral.

Grande parte dos livros didáticos faziam uma síntese da História do Brasil. Em geral eram descritos os períodos históricos: Colônia, Reinado, Império e República, com seus ciclos econômicos. Em seguida, a República era dividida em partes: Primeira República, Revolução de 1930, Estado Novo, Período Populista e "Nova República". A partir do governo de Goulart, os livros procuravam discorrer sobre os acontecimentos políticos, econômicos e sociais até o golpe em que era esclarecido os motivos da "Revolução de março de 1964".

Os capítulos que descreviam o povo brasileiro iniciavam apresentando as três raças formadoras – o branco, o índio e o negro –, suas características e heranças para a constituição da nacionalidade brasileira. Eram citados também outros imigrantes como: os italianos, os japoneses, sírios, árabes, etc. Alguns autores, como Barbosa (1971a) e Mariani²⁵ (1970), frisavam a inexistência de preconceitos raciais no país, pois o encontro de elementos de todas as raças fez surgir um povo genuinamente brasileiro.

A divisão do mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos

25 Professora de educação cívica em escolas secundárias e professora de Metodologia de Geografia e História do Instituto de Educação da Faculdade de Filosofia da Universidade de Petrópolis. Era técnica de Educação do MEC.

também era tema nos livros didáticos. O Brasil era visto como um país em desenvolvimento. Deste modo os livros divulgavam as ações e projetos do Governo que tornariam o país desenvolvido. A educação era considerada central para o progresso do país. Os livros reforçavam duas idéias: que todas as profissões indistintamente eram importantes para o progresso da nação e que o analfabetismo deveria ser eliminado para o melhor desenvolvimento do país. O analfabeto era visto como alguém que não cooperava com o Brasil, por isso o Mobral era divulgado como a solução para a alfabetização dos adultos. Para Oliveira, o trabalho era um dever cívico dos brasileiros, para o bem de todos na comunidade. "O trabalho é obrigação social. Quem não trabalha não deve comer" (1970: 98). Finalizando, as Forças Armadas eram descritas tendo como obrigação a defesa da pátria, além de prestarem serviços à comunidade colaborando com o desenvolvimento do país. Ao descrever a necessidade da Segurança Nacional os livros didáticos utilizavam a definição do Gen. Moacir Araújo Lopes.²⁶

Alguns livros da segunda metade dos anos 1980 acrescentaram assuntos sobre o Brasil que não constavam nos programas oficiais: a questão do preconceito racial, a preocupação com o trânsito, a pobreza, a poluição, o meio ambiente e a dívida externa.

MORAL

Uma grande parcela dos livros didáticos considerava a moral religiosa. Ela era a ciência que mostraria como o homem deveria praticar os seus atos. "A moral, sendo a ciência dos atos humanos, enquanto eles devem ser retos, é uma ciência que ensina ao homem como ele deve voltar a Deus" (BARBOSA, 1971b: 18). A moral religiosa não mudaria ao longo dos tempos, pois seus princípios eram imutáveis. A formação moral ensinaria a distinguir o certo do errado, o bom do mau, baseado nos Dez Mandamentos. A religião era central para a moral, pois ajudaria o homem a fortificar seu espírito. Ela era a base da moral. A religião cristã era considerada a mais essencial, por apresentar uma concepção de vida baseada em Jesus Cristo. Os

26 Membro da Escola Superior de Guerra (ESG) foi um dos maiores defensores da implantação da EMC como disciplina escolar vinculada à moral católica e ao civismo do amor à pátria e da Segurança Nacional contra a subversão comunista.

livros didáticos falavam em liberdade religiosa, mas reforçavam que a religião predominante no Brasil era o catolicismo.

Alguns livros didáticos definiam a moral como um conjunto de valores de determinada sociedade. Para Teles a moral era constituída num sistema de valores, vividos e respeitados pelos pais, vizinhos, colegas e pela sociedade. Dessa maneira, os homens interiorizavam determinados valores, aceitando-os como deles (TELES, 1973: 95). Bortoli definia a moral como o conjunto de regras que deveriam ser seguidas pelas pessoas dentro de uma sociedade (1979: 32). Segundo Penteado a moral não era a mesma em todos os lugares e se diferenciava de um tempo para outro:

A Moral é um conjunto de normas que orienta o comportamento das pessoas, na sua vida, dentro dos grupos de que participam (...). As normas de um mesmo lugar variam de tempo em tempo. Da mesma forma, as normas podem ser diferentes de um lugar para outro, na mesma época (PENTEADO, 1984: 21).

Para essa autora, a moral não era universal, variando de acordo com o contexto histórico e social. Os princípios morais poderiam variar de uma sociedade para outra.

A família era entendida como uma das instituições centrais para a formação moral dos jovens, pois era o fundamento da sociedade. Segundo Oliveira, “a civilização cristã se apóia na família que é a base da vida dos povos e dos Estados” (1970: 78). A maioria dos livros didáticos descrevia um padrão de família monogâmica e conjugal, em que o pai era o trabalhador que provinha o sustento, a mãe era a dona de casa que dava amor aos filhos e estes deveria agradecer aos pais, obedecer e respeitar sua autoridade.

A função da mulher na família como dona de casa, esposa e mãe eram enfatizadas em diversos manuais. Alguns destacavam que a mulher deveria cuidar do lar e censuravam o fato dela trabalhar fora de casa, seja para ajudar no orçamento doméstico ou para sua própria autonomia. Alguns autores, por outro lado, ressaltavam os direitos da mulher, a importância de conquistar sua independência e tornar-se trabalhadora. Correa (1983) enfatizava a existência de movimentos femininos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A presente comunicação pretendeu estabelecer um breve panorama da produção de livros didáticos de EMC produzidos entre os anos de 1970 e 1993. Para seu encerramento, faz-se necessário algumas considerações.

Primeiramente é importante ressaltar que houve uma grande produção de livros didáticos para a disciplina EMC. Estes livros foram publicados num contexto de acelerado crescimento do mercado editorial de didáticos. Os manuais incorporaram as diversas metodologias e novidades pedagógicas do momento, como era o caso do estudo dirigido e da instrução programada. Na análise dos livros didáticos foi possível observar como os autores e editores se apropriaram das prescrições oficiais, na seleção de temas considerados prioritários, mas, principalmente, no modo como esses temas foram transformados em saberes a serem ensinados. Os autores e editores não seguiam de forma rígida os currículos oficiais para a disciplina.

Contudo, existiu um padrão mínimo dos conteúdos. De modo geral os livros apresentavam temas em torno do Civismo, do Estado Brasileiro e da Moral. Determinados assuntos apareceram em praticamente todos os livros com definições bem próximas. Entretanto, alguns autores incluíram assuntos que não haviam sido abordados pelos programas oficiais, como o preconceito racial, a pobreza, a poluição, etc.

Nenhum livro fugiu totalmente ao padrão, pois existia todo um mecanismo de controle sobre sua produção. Os autores, diante de seu contexto, encontraram mecanismos para se adequar às prescrições oficiais e se esforçaram em escrever livros para a EMC, ora de acordo com as prescrições oficiais, ora tentando burlar e modificar essas prescrições. Tal situação demonstra que o livro didático é, de fato, dependente das relações de força existentes entre os diversos grupos sociais e políticos de uma determinada época.

ABSTRACT

During the military dictatorship, by the decree n° 869/69, becomes obligator in all the brazilian schools the teaching of Moral and Civic Education as a school discipline and educational practical. This discipline remained in the official resume up to 1993, when was revoked by the law n° 8.663. For the new discipline of Moral and Civic

Education, diverse textbooks from 1970 had been produced, some following the curricular program elaborated by the Federal Advice of Education, and others following the program of the National Commission of Moral and Patriotism. The textbooks are privileged sources for the study of the discipline Moral and Civic Education, which they display by the contents the proposal directions for the curricular programs, showing the knowledge that if had consolidated at one definitive time. The Moral and Civic Education didactic manuals, participated, in this way, of the construction of the resume of this discipline. The present article has for objective to analyze the Moral and Civic Education textbooks, describing what these books offered to the readers and which they were the main propagated contents.

Keywords: textbook, Moral and Civic Education, school discipline

RESUMEN

Durante la dictadura militar, la enseñanza de Educación Moral y Cívica (EMC) se hizo obligatoria como curso y práctica educativa en todas las escuelas brasileñas a través del Decreto-ley N° 869/69. Esta materia permaneció en el currículo oficial hasta 1993 cuando fue derogada por la Ley N° 8.663. A partir de 1970 fueron producidos diversos libros didácticos para el nuevo curso de EMC, algunos siguiendo el programa curricular elaborado por el Consejo Federal de Educación y otros, siguiendo el programa de la Comisión Nacional de Moral y Civismo. Los libros didácticos, que son las fuentes privilegiadas para el estudio de la disciplina de Educación Moral y Cívica, exponen en forma de contenidos las directrices propuestas por los programas curriculares explicitando los conocimientos que se consolidaron en una determinada época. De esta manera, los manuales didácticos de EMC participaron en la construcción del currículo de esta disciplina. El presente artículo tiene como objetivo el análisis de los libros didácticos de EMC describiendo lo que ellos ofrecían a los lectores y cuáles eran los principales contenidos vehiculados.

Palabras clave: libro didáctico, educación moral y cívica, disciplina escolar

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, B. de. *Educação Moral e Cívica*. Curso médio. São Paulo: Atlas, 1974.

BARBOSA, N. *Educação moral e cívica*. São Paulo: Itamaraty, 1971a.

_____. *Educação moral e cívica*. São Paulo: Itamaraty, 1971 b.

BERTOLIN, R.; SIQUEIRA e SILVA, A. de. *Atividades de Educação Moral e Cívica*. São Paulo: IBEP, 1984.

BORTOLI, Lurdes de. *Educação Moral e Cívica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

_____. *Educação Moral e Cívica*. 2º grau. Adaptado aos objetivos profissionalizantes. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

BRAZ, M.; COSTA, J. R. da; e NASCIMENTO, J. C. *Moral e Civismo*. São Paulo: FTD, 1971.

CORREA, A. A. *Estudos dirigidos de Educação Moral e Cívica*. São Paulo: Ática, 1976.

_____. *Estudos dirigidos de Educação Moral e Cívica*. São Paulo: Ática, 1979.

_____. *Educação Moral e Cívica*. 2º vol. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Educação Moral e Cívica*. 1º vol. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Educação Moral e Cívica*. 2º vol. 1º grau. São Paulo: Ática, 1991.

CASSIANO, Célia C. de F. *Circulação do livro Didático: entre Práticas e Prescrições*. Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da PUC/SP, 2003.

CHERVEL, André. História das Disciplinas Escolares: Reflexões Sobre Um Campo de Pesquisa. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n. 2, 1990. pp. 177-229.

COSTA, O.; MOSCHINI, F.; e PAIXÃO, J. C. *Educação Moral e Cívica*. São Paulo: Editora do Brasil, (s/d).

COSTA, O.; MOSCHINI, F.; MUSSUMECI, V. *Moral e Civismo*. São Paulo: Editora do Brasil, (s/d).

DORNELLES, L. W. *Pátria e Cidadania: EMC*. 4º ano. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1971.

GALACHE, G, et alii. *Construindo o Brasil. Educação moral, cívica e política*. São Paulo: Loyola, 1971.

A produção didática ... - Juliana Miranda Filgueiras

GARCIA, E. C. *Educação Moral e Cívica, na escola média*. São Paulo: Didática Irradiante, 1971.

LEIRAS, H. M.; PEREIRA, H. C.; e SARAIVA, T. *Brasil de Todos Nós*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

LUCCI, E. A. *Educação Moral e Cívica*. 2º vol. São Paulo: Saraiva, 1984.

MARIANI, M. *Guia de Civismo*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. Editora Paulo de Azevedo, 1970.

OLIVEIRA, C. R. R. de. *Educação moral e cívica*. São Paulo: Editora do Mestre, 1970.

PENTEADO, H. D. *O homem, os lugares, os tempos. Educação Moral e Cívica*. 6ª série. São Paulo: Loyola, 1984.

SCHIMIDT, M. J. *Curso de Educação Moral e Cívica*. 3. Rio de Janeiro: Livraria AGIR, 1971.

TELES, A. X. *Educação Moral e Cívica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

_____. *Educação Moral e Cívica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

Recebido em 20/11/2008

Aceito em 10/12/2008